

O Socialista



JORNAL DA LIGA OPERÁRIA INTERNACIONALISTA

[EDITORIAL]

ACELERA A DECOMPOSIÇÃO DO IMPERIALISMO [2]

[FAIXA DE GAZA]



SÓ A REVOLUÇÃO

PODE DETER A SOLUÇÃO FINAL DO CAPITAL PARA GAZA [5]

[ARGENTINA]

CIRCO ELEITORAL NA DEMOCRACIA DOS RICOS

NÃO IMPORTA EM QUEM VOCÊ VOTE, A REFORMA TRABALHISTA E O FMI VENCEM [6]

[BRASIL]



GREVE GERAL CONTRA O TARIFAÇO E A FRENTE AMPLA BURGUESA [7]

85 ANOS DO ASSASSINATO DE TROTSKY [10]

87 ANOS DA FUNDAÇÃO DA QUARTA INTERNACIONAL [11]

- CAMPANHA FINANCEIRA -

CONTRIBUA COM A LOI

PIX - loioposicaodeluta@gmail.com

**REFORMA ADMINISTRATIVA
[12]**

[EDITORIAL]



ACELERA A DECOMPOSIÇÃO DO IMPERIALISMO

O mês de agosto fica marcado pela reunião de Trump com Zelensky na tentativa de avançar com a costura de um cessar-fogo, depois do vexatório encontro no início do ano, no salão oval da Casa Branca. Dias antes, Trump também promovia com grande pompa e simbolismos, um encontro com Putin, no Alasca. Essa movimentação sinaliza que o imperialismo norte-americano segue o plano de concretização e expansão das políticas de Donald Trump para uma recuperação de sua hegemonia, enquanto Trump busca o prestígio de um o Nobel da paz. As guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza atingem um ponto de inflexão, o imperialismo pressiona pelo cessar-fogo de olho na pilhagem e na reconstrução desses territórios. Já em relação à Guerra tarifária, o governo Trump avança em uma fase de negociações bilaterais e lança uma ofensiva tarifária inédita sobre os países do BRICS. O período carrega ainda os impactos desses cenários sobre a dinâmica da luta de classes, pressionando as taxas de inflação, de crescimento econômico e das relações entre capital e trabalho.

Para além de uma “Teoria do louco”, como especulam analistas de plantão, as políticas do governo Trump servem-se como catalisadores da crise

do capitalismo e seus efeitos, acelerando as tendências abertas de ruptura dos equilíbrios instáveis econômicos do regime erigidos no pós-guerra. Ruptura que se expressa nas relações interestatais, nos limites da democracia burguesa, nos equilíbrios econômicos, mas ainda não houve uma ruptura na relação entre a burguesia e o proletariado na produção. Esse processo, definido como ruído pela intelectualidade, ao fim e ao cabo, se dá pela incapacidade de instituições como a OMC, o FMI e o Banco Mundial em “arbitrar” as relações interestatais.

As tarifas têm sido utilizadas como uma arma de coerção econômica e política. As ações unilaterais de Trump, como a investigação da Seção 301 contra o Brasil, não se limitam a práticas comerciais arbitrárias, mas se estendem à pressões políticas diretas, como no julgamento dos Bolsonaro. Similarmente, ocorre sobre a Índia, com taxas que atingem até 250% em setores como o farmacêutico (de forte demanda nos EUA e, por isso, tende a ficar de fora, como ocorrido em outros países) e são acompanhadas por uma penalidade adicional de 50% às exportações gerais pela compra de petróleo russo, o que demonstra um uso explícito das

tarifas para disciplinar a seu favor a política externa.

Essa estratégia agressiva tem um efeito bumerangue, impulsionando, por exemplo, nações como o Canadá, que sofreu tarifas de até 35%, e viu de sua população apoiar em massa a redução da dependência dos EUA, a considerar a adesão aos BRICS, o que poderia custar aos EUA até US\$ 90 bilhões em comércio. O apoio imediato da China ao Brasil ilustra como essas políticas estão acelerando as tensões, ao invés de reforçar a hegemonia dos EUA.

Sobre a intervenção na América Latina a diretriz secreta de Trump, que autoriza o Pentágono a usar força militar contra cartéis de drogas mexicanos, designados como “organizações terroristas”, é um pretexto para a expansão do uso da Autorização para o Uso da Força Militar (AUMF) de 2001, na manutenção e expansão de seus interesses na América Latina. Na esteira disso, a Marinha dos EUA enviou uma força significativa para a costa da Venezuela, centrada no Grupo Anfíbio de Prontidão Iwo Jima, com cerca de 4.500 militares. Oficialmente, a missão visa combater o narcotráfico, mas o poder militar envolvido sugere uma demonstração de força em relação ao

governo Maduro, acusado pelos EUA de ser um governo vinculado à cartéis de drogas, e que Maduro seria o líder do *Cartel de los Soles*. Os navios permanecem em águas internacionais, conforme os EUA, para evitar violar a soberania venezuelana. A incapacidade da ONU de conter as ações do imperialismo demonstra a crescente desconsideração pelas normas e instituições internacionais por parte de Washington, enfraquecendo o arcabouço construído por eles próprios e acelerando a fragmentação dos equilíbrios políticos em vigor desde o fim da segunda guerra.

Na Europa, a União Europeia é vista como tendo ajoelhado aos EUA ao ceder às exigências de Trump, aceitando uma tarifa fixa de 15% na maioria dos produtos e se comprometendo a comprar centenas de bilhões de dólares em energia e equipamentos militares. Na Ásia, as políticas protecionistas dos EUA, destinam-se a isolar a China. Em última análise, o protecionismo, o nacionalismo e a preponderância de novas tecnologias, como a inteligência artificial (IA) e a cibersegurança, emergem como campos de batalha política e econômica, intensificando a disputa por mercados e as tendências bélicas. A doutrina "America First", apesar de seu objetivo claro de recuperação da hegemonia dos EUA, tem gerado resultados paradoxais, fortalecendo politicamente adversários, abrindo portas para vitórias eleitorais em diversos países, ao invés de consolidar o poderio americano. Essa doutrina é, em síntese, um produto do próprio declínio do imperialismo e uma tentativa exasperada de reverter a queda, o que aprofunda um cenário que impacta diretamente a condição objetiva de vida dos trabalhadores.

A retórica de "Make America Great Again" (MAGA) contrasta com a dinâmica econômica interna dos EUA. A proposta de lei de impostos do governo, conhecida como "Big, Beautiful Bill", escancara esse contraste: cortes fiscais regressivos que beneficiam a concentração de capital, enquanto propõem reduções em programas de seguridade social como Medicaid e auxílio alimentação, entre outros. Basta uma análise superficial para ver que a transferência de riqueza e concentração de renda é sem precedentes, aprofundando a desi-

gualdade via ampliação da exploração do conjunto da classe trabalhadora norte-americana.

A dívida pública dos EUA, que atingiu US\$36,2 trilhões em junho, consumindo 17% dos gastos federais e é projetada para alcançar 125% do PIB até o final de 2034. Isso levará a maiores pagamentos de juros e, conseqüentemente, a taxas de juros mais elevadas para empresas e famílias, potencialmente freando o investimento e causando perdas de emprego. O crescimento anualizado do PIB real de 3,0% no segundo trimestre de 2025 é, na verdade, um artifício estatístico impulsionado por uma forte queda de 30% nas importações, resultado direto das tarifas, e não por força econômica. Excluindo o comércio e o impacto tarifário, as vendas finais atingiram apenas 1,2%. O crescimento do investimento caiu acentuadamente, despencando 10,3% no segundo trimestre. Isso aponta para um enfraquecimento fundamental da demanda doméstica e da dita confiança empresarial, sugerindo que as tarifas estão deprimindo os motores do crescimento de longo prazo.

O mercado de trabalho também revela sua crise. O crescimento do emprego foi de apenas 73.000 em julho de 2025, com revisões em baixa para meses anteriores. As demissões atingiram o nível mais alto desde a recessão pós-pandemia, com o setor manufatureiro, em particular, perdendo 116.000 empregos no último ano. Essa tendência contradiz diretamente a alegação de Washington de que as tarifas protegem empregos, revelando que objetivamente os destroem, especialmente em setores sensíveis às cadeias de suprimentos globais.

A inflação permanece próxima de 3% ao ano, acima da meta de 2% do Federal Reserve, corroendo os ganhos reais nos padrões de vida dos trabalhadores. As tarifas são um motor central dessa inflação, com as próprias análises burguesas, como as do Peterson Institute for International Economics (PIIE), projetando um salto de 1,8 pontos percentuais nos preços em 2025. O Yale Budget Lab estima uma perda média de US\$2.400 na renda por família americana devido a esses custos tarifários, funcionando como um imposto regressivo sobre o consumo direto.

A combinação de inflação persistente e desaceleração econômica gera a perspectiva estagflacionária para o Federal Reserve. O Fed está no dilema de combater a inflação, ou estimular o crescimento, com suas opções limitadas diante de choques de oferta induzidos por políticas como as tarifas. Projeções de cortes de juros indicariam que as forças desinflacionárias estariam mais fortes que os efeitos das tarifas, mas fica evidente que não, e uma possível redução tem mais a ver com a forte pressão de Trump, que inclusive avança com demissões no alto escalão.

A bolha da IA que se forma, adiciona uma camada ainda maior a esse caldeirão. Os lucros das Sete Magníficas estão impulsionados por serviços existentes, não por aportes, ou por crescimentos substanciais das IAs. O financiamento para essa expansão impacta o endividamento de empresas de crédito, com potencial implausivo, se essa bolha estourar. Isso é inerente à forma especulativa do capital financeiro, o que aprofunda a instabilidade, o que recairá sobre as costas da classe trabalhadora.

Internamente, o governo aponta para um maior intervencionismo estatal, algo impensável para a dinâmica econômica nos EUA, berço do liberalismo. Avança sobre setores-chave, com o argumento de proteger a indústria e os interesses nacionais. Isso se evidencia em casos como a intervenção na compra da US Steel pela japonesa Nippon Steel, com a condição de que o governo recebesse uma "Golden Share" (ação dourada), garantindo poder de decisão em questões estratégicas. A pressão direta sobre o Walmart para não repassar o aumento de tarifas. O envolvimento em decisões estratégicas na Apple, o que levou a um acordo de investimento de 600 bilhões de dólares da empresa nos Estados Unidos. O governo americano ainda impôs uma taxa de 15% sobre as exportações de chips da Nvidia e da AMD para a China, adquirindo uma participação de 10% na empresa em troca de 8,9 bilhões de dólares, ampliando a interferência do governo em empresas privadas. Esses casos demonstram a disposição de Trump em aprofundar o poder do Estado para influenciar diretamente as operações nos setores cruciais para a disputa com demais

economias, sobretudo a chinesa.

Em suma, fica cada vez mais demonstrado que a imperialismo é um castelo em ruínas e a conjuntura concentra elementos que traduzem suas contradições frente à impossibilidade de o governo levar a cabo seu plano de reindustrialização e recuperação de sua hegemonia diante da queda das taxas de lucro e da produtividade. A guerra comercial, portanto, é a resposta desse imperialismo em crise. O mundo edificado no pós-guerra está cada vez mais debilitado, o que torna a concretização do processo de assimilação dos ex-Estados operários ao sistema capitalista de Estados uma tarefa cada vez mais dura, a não ser por via catastrófica. O fato é que processos históricos e a luta de classes não se deram à toa, o que se quis implementar no momento histórico do surgimento do imperialismo, falhou e, agora, na sua fase decadente, dificilmente ocorrerá.

Os governos de turnos nessa conjuntura expressam a crise das formas de dominação do capitalismo, os limites da democracia burguesa emergem detrás das máscaras ideológicas das eleições. As urnas, os partidos não sustentam mais as contradições da sociedade. As disputas interestatais e interburguesas se acirram. O projeto de Trump, portanto, amplia conflitos internos entre frações burguesas (industriais, tecnológicas) e explode processos de luta de classes.

Além de grandes manifestações contra política anti-imigração, com epicentro na Califórnia, concretamente

não faltam exemplos de resistência classista com importantes greves em setores centrais da economia. Lutas se desenrolaram no setor de manufatura aeroespacial e defesa, por exemplo, fortes greves de maquinistas da Boeing, no Missouri e em Illinois, e da UAW (United Automobile Workers) na Lockheed Martin, em Denver, Colorado e Orlando. Enquanto a greve da UAW resultou em um acordo que concedeu aumentos salariais de 20% ao longo de cinco anos e maior salário inicial, a greve na Boeing foi deflagrada após rejeitarem um acordo de quatro anos. As ações no setor de saúde também foram importantes, com mais de 25 greves ou paralisações, incluindo profissionais do Kaiser Permanente que lutaram por salários e pensões. Trabalhadores portuários de Illinois estão em greve contra a *QSL America*, uma operadora de logística, em três de suas unidades nesse estado. Reivindicam condições de trabalho mais seguras, pagamento de horas extras e proteções adicionais para os trabalhadores. O sindicato alega que a *QSL America* fomentou um ambiente de trabalho hostil — incluindo vigilância — e demitiu injustamente funcionários que protestaram contra a precarização do trabalho.

Nota-se, portanto, ante a toda essa conjuntura, uma situação mundial convulsiva, de crise, guerras e revoluções. É preciso enfrentar a reação imperialista da guerra tarifária de Trump e seus efeitos catastróficos. A saída pela guerra não está descartada, conflitos espalham-se pelo mundo. O

objetivo por essa via não é outra coisa que estabelecer um reequilíbrio entre as classes pela destruição das forças produtivas. Para apontar uma saída proletária à conjuntura em curso, é fundamental remontar a premissa do internacionalismo proletário.

Para além da luta anti-imperialista como discurso do centrismo limitada às exigências ao Estado Burguês, e em unidade com a burguesia, no caso brasileiro, é fundamental encampar uma batalha em cada organização de classe com base nas premissas internacionalistas. Os trabalhadores norteamericanos devem erguer as lutas contra o governo de Trump e à sua reação imperialista e sua guerra tarifária, porque isso significará um redesenho da relação capital-trabalho, traduzindo-se em uma maior exploração da força de trabalho. Rechaçando a saída nacionalista que permita Trump ir à guerra, atingindo a sua base de sustentação que é a produção.

É preciso, portanto, superar a crise histórica de direção revolucionária que se apresenta, cada vez mais intensamente, como a crise da humanidade. Para pôr em ação essa tarefa, é primordial forjarmos uma direção revolucionária, uma vanguarda da classe trabalhadora. Para tanto, se faz necessário convocarmos uma conferência internacional das correntes trotskistas que ainda defendem a ditadura do proletariado para avançar com as tarefas diante da situação mundial.



[FAIXA DE GAZA]**DA PILHAGEM AO EXTERMÍNIO: SÓ A REVOLUÇÃO PODE
DETER A SOLUÇÃO FINAL DO CAPITAL PARA GAZA.****PELA FEDERAÇÃO SOCIALISTA DO ORIENTE MÉDIO!**

No cenário da diplomacia mundial, avança o debate sobre o reconhecimento internacional de um Estado Palestino, uma manobra capitaneada pelos próprios países imperialistas que exploram a região. No entanto, este reconhecimento, que vislumbra a formação de um Estado burguês débil e subserviente, entra em choque com os interesses imediatos do imperialismo e do enclave sionista. Enquanto esta farsa diplomática se desenrola, Israel avança implacavelmente em sua política de aniquilação extensiva das forças produtivas em Gaza, executando seu projeto de expansão colonial e de solução final para a questão palestina. O saldo é a destruição quase total da infraestrutura, o assassinato de mais de 60 mil palestinos, e o confinamento de mais de dois milhões de pessoas à fome crônica, desnutrição e degradação humana absoluta, reduzindo a Faixa de Gaza a um gueto sob contínuo bombardeio. A ordem da Corte Internacional de Justiça para interromper a operação em Rafah é tratada com desprezo, escancarando que o direito internacional burguês é incapaz de frear a sanha genocida.

Este não é um conflito isolado, mas a expressão da decadência do regime capitalista, que encontra na pilhagem e no extermínio uma de suas principais válvulas de escape. A guerra em Gaza é o laboratório experimental do capital parasitário: são testadas e aperfeiçoadas armas, sistemas de automação e controle social. Grandes monopólios do capital – de tecnologia (Google, Microsoft, Amazon,

Palantir), de maquinário (Caterpillar, Volvo, Hyundai) e de energia (BP, Chevron) – aderiram a um consórcio de destruição e futura reconstrução lucrativa, transformando a tragédia palestina num empreendimento capitalista, tal como revelado pelo Financial Times que expôs planos para transformar Gaza numa "Riviera" oriental. O capital financeiro, incluindo bancos e fundos, viabiliza esta operação, revelando a natureza horrenda de um regime que produz capital através do aniquilamento de povos inteiros.

Diante desse cenário de genocídio, o reformismo e o centrismo revelam sua bancarrota política. Suas consignas, como a defesa da "autodeterminação dos povos" sem nenhuma luta de classes que possa levar a cabo a tomada do poder, ou a ilusão em um "Estado laico e antirracista" acima dos interesses antagônicos de classe, limitam-se ao terreno pantanoso do apelo ao Estado Democrático de Direito burguês. Eles apostam nas mesmas instituições – ONU, Corte Internacional, parlamentos – que, em sua hipocrisia, colocam no mesmo plano o genocídio israelense e a resistência palestina. Esta adaptação à democracia burguesa é a expressão de um revisionismo pragmático. Na prática, as direções sindicais burocráticas ao redor do mundo mostram seu papel: imobilizam os instrumentos de luta, não convocam a ação direta que pare a produção que sustenta o massacre. A Histadrut, central sindical israelense, é a expressão máxima deste caráter reacionário, atuando aberta-

mente como um instrumento do estado sionista, recusando-se a qualquer ação que enfrente o genocídio perpetrado por sua própria burguesia.

Portanto, rejeitamos todas as abstrações que iludem as massas com as instituições decadentes do inimigo. A única política possível é a transformação das guerras reacionárias em guerra civil revolucionária contra as burguesias nacionais e internacionais. É necessário ajudar as massas a avançarem com um programa de transição que aponte a incongruência entre a realidade concreta do genocídio e as soluções fraudadas do imperialismo, combatendo o espontaneísmo com a construção da direção revolucionária. Isto significa impor a luta de classes como único método, através de greves, boicotes e sabotagens que atinjam o capital em seu centro – a produção – rompendo com a concorrência interimperialista e a divisão social do trabalho. Os trabalhadores devem desarmar a burguesia, organizando-se para sua autodefesa e combatendo pela única saída histórica: a ditadura revolucionária do proletariado. Isto exige a reconstrução da IV Internacional e a luta intransigente pelo internacionalismo proletário, pela Federação dos Estados Socialistas Soviéticos do Oriente Médio e Magreb, onde a questão judaica e a opressão sobre o povo palestino somente poderão ser resolvidas com a derrubada do regime capitalista em sua totalidade.

[ARGENTINA]



CIRCO ELEITORAL NA DEMOCRACIA DOS RICOS NÃO IMPORTA EM QUEM VOCÊ VOTE, A REFORMA TRABALHISTA E O FMI VENCEM

O fechamento de listas antes das eleições de meio de mandato na Argentina confirma a deriva do regime burguês. Anos de decomposição econômica acelerada pela submissão ao imperialismo, detonaram a formação de duas grandes coalizões, o Peronismo-Kirchnerismo e *Juntos por el Cambio*, que serviram de plataforma para o capital tentar reconstruir suas instituições após a crise de 2001. Hoje, a nova casta de uma camarilha pequeno-burguesa lumpen, liderada por Milei, conseguiu engolir o setor não peronista, enquanto o peronismo se arrasta por uma crise sem precedentes. Mas esta não é uma reedição desbotada desse "bicoalicionismo"; a relação entre essas formas de dominação e as massas foi estilizada no ritmo da decadência social e da deterioração exacerbada das condições de vida da população.

Milei, como representante direto do imperialismo e do FMI, está nos conduzindo a uma nova crise e tentando infligir uma derrota histórica à nossa classe para salvar a burguesia parasitária. Fechamentos de fábricas, demissões, suspensões e o empobrecimento dos salários são expressões disso. Para isso, ele conta com a cumplicidade de todos os partidos patronais, incluindo o peronismo e a burocracia sindical da CGT e das CTA's

Milei se apresenta como um pilar de um bonapartismo sui generis, sustentado pela repressão e pelo imperialismo, especialmente no governo Trump e no FMI. Os peronistas do Fuerza Patria (FP) tentam recriar uma vaga ideia de uma burguesia não monopolista, defensora da indústria nacional. No entanto, é a nova coalizão de Schiaretti e os governadores

que melhor representa essa ideia, não tanto por seu futuro político, mas como uma "união de governadores" disposta a negociar em nome e sob as ordens do capital estabelecido em seus territórios. Os patrões veem essa coalizão com bons olhos, pois permitiria conter uma crise governamental iminente por meio de uma oposição responsável; eles também deveriam incluir o FP, que inclui todos os tipos de moderados, colaboradores e um kirchnerismo atualizado às demandas empresariais de um "Estado eficiente". Enquanto isso, a ruptura do regime com as massas começa a se revelar, de forma incipiente e confusa (carente de um programa), na abstenção eleitoral.

Colapso do Plano Econômico

Milei está brincando de fazer uma boa escolha para disciplinar todo o espectro político patronal, embora institucionalmente o equilíbrio de poder não seja significativamente modificado. Ela enfrenta essa tarefa em meio a um colapso sem precedentes do esquema Ponzi que Caputo vende como um plano econômico: um endividamento permanente para fazer os números e tentar domar o dólar sem um fluxo real de investimentos para estabilizar as contas. Enquanto isso, a política monetária e fiscal contracionista e a liberalização das importações geram uma paralisação econômica tal que está levando ao fechamento acelerado de empresas, à queda dos salários abaixo de níveis já miseráveis e a uma ofensiva patronal contra as condições de trabalho que os empregadores pretendem coroar com as chamadas reformas estruturais: trabalhista, previdenciária e tributária. A burocracia sindical já concordou, juntamente com as

variantes peronistas, em implementar essas reformas.

Organizar-se para Enfrentar o Imperialismo

O plano dos patrões, do FMI, da Milei e seus aliados, implica um choque frontal com a nossa classe, que luta contra demissões e medidas de austeridade, por salários e pensões. Em Garrahan, funcionários públicos e professores de diferentes províncias, trabalhadores universitários, trabalhadores da alimentação, Secco, PR3, Morvillo e outras fábricas. Diante dessa decomposição acelerada do regime, a FIT-U surge como sua ala esquerda e propõe sua "democratização" com um programa estatista e uma reedição do conhecido "Lute e Vote". A luta que se impõe tem um conteúdo profundamente internacionalista; o programa de flexibilização trabalhista e dispersão salarial baseado na competição entre trabalhadores de diferentes países é um avanço do imperialismo para romper a relação capital-trabalho a seu favor. Essa luta não pode ser travada com as ferramentas do Estado burguês, mas sim por meio de sua destruição revolucionária e da conquista do governo operário. Da COR (Corriente Obrera Revolucionaria / TRQI), apelamos para que o eleitor se abstenha de votar, vote em branco ou nulo, rejeite a fraude eleitoral e organize as forças operárias por meio de congressos de delegados de base. Desenvolvamos um programa de transição para atacar a burguesia em suas bases produtivas e posicionar o proletariado como líder da nação oprimida para enfrentar o imperialismo e a desordem econômica burguesa.

[BRASIL]



GREVE GERAL CONTRA O TARIFAÇO E A FRENTE AMPLA BURGUESA

O início do segundo semestre marca o período que figura o Brasil no centro da guerra comercial dos Estados Unidos, sob a liderança de Donald Trump, que se manifesta através do aumento de tarifas sobre exportações e sanções políticas. A Frente Ampla burguesa Lula/Alckmin lida com os impactos das medidas de Trump, que a fazem oscilar entre garantir a recuperação da popularidade, o que a tirou das cordas; o peso orçamentário do plano de salvamento da burguesia ante o tarifaço e o atendimento das metas fiscais, em aceno aos rentistas do mercado financeiro, mas, principalmente, na relação dos bonapartismos sui generis com o imperialismo, ao seguir cumprindo o papel de testa de ferro dos EUA na América Latina.

O governo dos EUA intensificou sua ofensiva imperialista contra o Brasil, implementando um tarifaço de 50% sobre as exportações brasileiras, que se somaram a taxas anteriores sobre aço e alumínio. Essa medida visa interferir nas exportações do Brasil e foi enfatizada por Trump como uma resposta a uma suposta "caça às bruxas" contra o ex-presidente Jair Bolsonaro e pela alegação de que autoridades brasileiras estariam coagindo

plataformas online ligadas às *Big-techs* dos EUA a censurar conteúdos. A ofensiva deriva da disputa dos EUA com a China, essa extensão é manifestada pelo interesse dos EUA por terras raras e minerais estratégicos, bem como pela energia limpa do Brasil para abastecer *data centers* e a expansão da Inteligência Artificial, ao que os analistas burgueses denominam "*powershoring*", isto é, realocação da produção industrial para países com fontes de energia renovável abundantes e de baixo custo, como eólica, solar e biomassa, essa estratégia visa descarbonizar a indústria. Nessa esteira, o governo de Trump por meio de cartas e publicações em redes sociais, tenta interferir na política interna brasileira, criticando o sistema de pagamento PIX e ameaçando processos judiciais do STF. O congelamento de bens do Ministro Alexandre de Moraes do STF, via Lei Magnitsky, exemplifica essa pressão direta.

O impacto desse tarifaço na economia brasileira é direto, atingindo em cheio setores-chave em vários ramos da cadeia industrial e do agronegócio, do pequeno ao grande. Entidades dos EUA reconhecem o Brasil como

um fornecedor fundamental e há na relação comercial um superávit a favor dos americanos, o que torna as sobretaxas tecnicamente injustificáveis. A pressão tarifária, no entanto, busca reconfigurar as cadeias de suprimento globais a favor dos interesses norte-americanos, de toda forma, é crucial notar que essa ofensiva tarifária de Trump não é um sinal de força incontornável, mas sim uma manifestação política para uma recuperação de sua hegemonia imperialista. A contradição se dá pela conjuntura de aceleração da sua decadência.

Esta medida representa não apenas uma escalada drástica em relação às tarifas anteriores, mas, um passo concreto no avanço da política econômica baseada em um forte protecionismo, para uma recuperação do comando na América Latina, sob o argumento de conter toda escalada do discurso da desdolarização das transações comerciais, sobretudo entre os países que integram os BRICS e num momento de ampliação da presença chinesa na região.

O cenário abre espaço, portanto, para a China, que se consolidou como o principal parceiro comercial do Brasil, tornando-se uma "âncora" para as

exportações brasileiras. A priorização chinesa da soja brasileira, por exemplo, é uma resposta expressa às tensões comerciais com os EUA e uma busca por diversificação de fornecedores, visando reduzir a dependência da soja americana. Atualmente, a China compra cerca de 70% da soja brasileira, em contraste com apenas 20% da americana. Essa mudança no fluxo comercial demonstra uma certa rota de fuga em uma tentativa em se reconfigurar as cadeias de suprimento em resposta às pressões imperialistas. A China tem aberto ativamente seu mercado para novos produtos brasileiros, habilitando dezenas de novas empresas para exportar café, farinhas e carnes, reforçando sua aliança. O Ministro das Relações Exteriores chinês, Wang Yi, afirmou que a China "apoia firmemente o Brasil na defesa de seu direito ao desenvolvimento e na resistência à prática intimidatória de tarifas abusivas".

Da parte brasileira, a iniciativa de Lula de dialogar com Xi, Modi, Putin e Ramaphosa em meio ao tarifaço de Trump demonstra menos uma disposição do BRICS de "enfrentar as ameaças de Trump", do que uma tática de empurrar e manter-se na crise como defensor da soberania nacional, visando um quarto mandato, nas eleições do próximo ano.

De todo modo, está claro que ofensiva imperialista de Trump não se restringe à esfera econômica, mas se estende à intervenção direta na política interna brasileira, que se concretiza na exigência para que Jair Bolsonaro seja livrado da acusação de tentativa de golpe de Estado, com o olho também voltado às eleições gerais. O fato é que a crise política não dá trégua e, portanto, o processo eleitoral já está posto, o que joga combustível no choque constante entre as instituições do regime, sobretudo ante ao contexto do julgamento dos envolvidos nos ataques do 8 de janeiro, anunciado para o início em setembro.

O deputado federal Eduardo Bolsonaro tem desempenhado um papel ativo em solo americano em relação às tarifas e sanções impostas. Sua atuação se concentra em defender publicamente as medidas americanas como uma forma de pressão para resolver o que ele e seus apoiadores consideram uma "crise institucional"

no regime, especialmente no que diz respeito ao Judiciário e, por isso, o Brasil caminha para a "venezualização".

Essa postura contraria diretamente a posição do governo brasileiro, que classifica as tarifas como um ataque à soberania nacional e busca uma solução diplomática. Além de seu apoio público, Eduardo Bolsonaro mantém contato com autoridades do governo Trump nos EUA, chegando a divulgar uma foto com o Secretário do Tesouro, Scott Bessent, o que causou controvérsia por ter ocorrido no mesmo dia em que um encontro do ministro da Fazenda do Brasil foi cancelado. Sua atuação também está ligada a suspeitas de vazamento de informações privilegiadas sobre as tarifas, o que resultou em um pedido de investigação por parte da Advocacia-Geral da União (AGU). Assim, a atuação de Eduardo Bolsonaro nos EUA é percebida como uma tentativa de usar a política externa americana para influenciar a política interna brasileira, dificultando as negociações, capitaneada por Geraldo Alckmin, para resolver a crise comercial.

Em meio à crise com o tarifaço, governo insiste na busca de "agendas positivas" e anuncia a saída do Brasil do Mapa da Fome, uma medição da ONU que serve apenas para alavancar o Fome Zero. Os índices macroeconômicos permanecem dando sinais positivos de crescimento, de redução da inflação dos alimentos e da taxa de desemprego, há a propaganda disseminada do "pleno emprego". Soma-se a isso a tramitação no congresso da Reforma o imposto de renda, que amplia para cinco mil reais a faixa de isenção e avança com a taxação dos super-ricos.

Com a intervenção trumpista, a Frente Ampla burguesa ganhou um fôlego, recuperando a popularidade e tirando o governo das cordas, por isso, Lula ressurgiu com principal nome para 2026. Todavia, acumulavam-se derrotas acachapantes no congresso e o governo ainda se mostra débil frente à conjuntura. Fato é que o centrão já dava como certo o desembarque por completo de qualquer apoio a um possível quarto mandato.

Hoje as pesquisas colocam como certa a continuidade da Frente Ampla

burguesa Lula/Alckmin, contudo, o centrão, mesmo com a disputa fratricida com a derrocada dos Bolsonaro, permanece no controle da agenda e pautas políticas, um exemplo foi a aprovação do "PL da Devastação" e o recente avanço sobre a presidência da CPI do INSS, elementos que recolocam os contrapesos no Congresso. O "PL da Devastação" escancara a retórica de "desenvolvimento" e "sustentabilidade", voltados para defesa da "economia verde", que permeia a realização da COP30 em Belém, em novembro próximo, serve para mascarar a lógica de exploração e da devastação capitalistas, em prol da ampliação de mercados e negócios do imperialismo. A própria realização da COP30 expõe a "hipocrisia" da Frente Ampla burguesa em lograr se apresentar como liderança climática, em tempos de aquecimento global, enquanto o governo mantém a defesa em expandir a produção de petróleo e gás na foz do Amazonas e o Congresso avança com a desregulamentação ambiental.

Essas notícias expressam a grave crise social que avança e se aprofunda com a alta concentração de renda que amplia a desigualdade a patamares jamais vistos. Os gastos com juros da dívida pública da União aumentaram aproximadamente 62% entre 2022 e 2024, atingindo R\$950 bilhões, o que representa o maior percentual do PIB (7,3%) em 28 anos. Esse dreno de recursos públicos em prol do capital monopolista constitui aumento do déficit orçamentário e desvia somas monumentais. A política fiscal, ao priorizar o "déficit zero" e a austeridade, entra em rota de colisão com o "Plano Brasil Soberano" diante das crises e ataques do tarifaço.

O Plano Brasil Soberano, uma política abrangente para mitigar os impactos negativos do tarifaço, promove uma verdadeira transferência de recursos públicos para as mãos da burguesia, mesmo com o recuo de Trump em quase 50% dos produtos taxados. Formalizado por meio de uma Medida Provisória, o plano destina R\$30 bilhões em linhas de crédito para empresas exportadoras. Além do suporte financeiro, o programa prevê benefícios fiscais como a expansão do "Regime Reintegra" e a prorrogação do *drawback*, regime de

restituição ao exportador dos impostos alfandegários cobrados pela importação da matéria-prima utilizada na fabricação do produto exportado. Dessa forma, vende o discurso de proteger empregos e fortalecer a diversificação de mercados, tornando o país menos vulnerável a barreiras comerciais unilaterais, enquanto busca um posicionamento mais estratégico no cenário global, o que é um grande engodo e confirma que não vão recuar, apesar de todas as bravatas nacionalistas, de cumprirem o papel de capacho do imperialismo.

Ante a essa conjuntura, as direções políticas e sindicais dos trabalhadores, seguem como muro de contenção e da política do governo, assumindo o discurso de Lula da “defesa da soberania nacional”, em nome de uma luta “anti-imperialista”. Está mais do que claro que todo movimento é orquestrado visando a disputa eleitoral do próximo ano. A Frente Ampla governa para a burguesia e defende seus interesses e não é de agora que o Brasil reza a cartilha do imperialismo.

Em última instância, o centro da análise deve avançar sem o necessário corte de classe. Apesar de se apresentar como guardião dos interesses nacionais, o governo trabalha única e exclusivamente para construir saídas às empresas, em sua maioria dirigidas pelo capital de multinacionais, o que concretamente revela o grande teatro que se levanta junto ao tarifaço. Portanto, frente ao cenário recessivo, inflacionário e de aprofundamento das crises, os limites das lutas

dos trabalhadores esbarram na crise de direção revolucionária que se acentua na condução das direções reformistas e burocráticas agindo como muro de contenção das lutas políticas contra o capital e seus agentes.

A tarefa apresentada de conjunto pelo reformismo e o centrismo aos trabalhadores, mais uma vez, é derrotar o bolsonarismo e obviamente nas urnas. Novamente, a realidade expõe o limite da Frente Ampla burguesa Lula/Alckmin, ao pactuar com o agronegócio, com as Federações industriais (Fiesp, Firjan e Fiemg) e o capital financeiro. Na sua relação com o imperialismo, o Brasil seguirá refém de uma ordem global que avança nas tendências bélicas.

O movimento de massa deve enfrentar essa Frente Ampla, mas também derrotar as políticas reformistas e da adaptação centrista ao Estado burguês. A política do centrismo (PSTU e MRT) se coloca na esteira da defesa da soberania nacional da autodeterminação. Resumem-se às denúncias e exigências ao governo e ao Estado. Apresentam ainda “unidade de ação” com o governo e o empresário que se oponham à ingerência imperialista, mas com independência de classe para garantir que os “interesses nacionais e dos trabalhadores”, se é que seja possível com tal plano. A solução proposta é um “enfrentamento direto”, que inclui medidas como a regulamentação e taxação das *bigtechs*, a proibição da remessa de lucros para os Estados Unidos e a suspensão do pagamento

da dívida aos credores americanos.

Lembremos que dirigem o Sindicato dos metalúrgicos, atuam na Embraer, diretamente afetada pelas sobretaxas, e o enfrentamento direto tem sido exclusivamente à convocação de assembleias sem nenhum encaminhamento de greve. Não direcionam as ações para a produção, paralisando setores-chave para demanda americana. Esse é o xis da questão, a política centrista encarcera a luta de classe nas exigências superestruturais ao Estado burguês. Qualquer ação deve estar atrelada a um programa operário que de fato paralise a produção em unidade internacionalista e imponha as demandas da classe.

Portanto, é primordial dar a batalha nos sindicatos por um programa operário, com a realização de assembleias que exijam das centrais sindicais a realização de um congresso de delegados eleitos pela base com um plano de lutas dos trabalhadores, para a construção de uma Greve Geral, que apresente a expropriação sob o controle operário dos setores produtivos multinacionais diretamente ligados ao imperialismo. Dessa forma, combater e enfrentar a crise econômica e as políticas dos governos de turno. Avançando com independência de classe e com os métodos historicamente experimentados. Para pôr em ação essa tarefa, é primordial forjarmos uma direção revolucionária, uma vanguarda da classe trabalhadora.





Aos 85 anos do assassinato de Trotsky, é imperativo concluir as tarefas que nos deixou apontadas!

Em seus últimos anos, o grande revolucionário Leon Trotsky trabalhou para lançar as bases de uma nova Internacional para a revolução socialista mundial, a IV Internacional, em seu enfrentamento à contrarrevolução de Stalin e a decadência da III Internacional. Ocupado nessa tarefa, foi encontrado, em 20 de agosto de 1940, pelo agente do stalinismo que lhe desferiu o golpe fatal. No entanto, a história não é obra de indivíduos isolados, sejam heróis ou vilões, e por isso a luta de classes — ou seja, a luta pela revolução socialista mundial — não foi detida, e a tarefa que ele deixou inacabada permaneceu como ponto de partida para as gerações subsequentes de revolucionários.

Desde então, a incipiente IV Internacional teve que enfrentar enormes dificuldades, submetida às enormes pressões de uma situação mundial pós-guerra altamente inédita e contraditória, após a eclosão da Revolução Russa e do Estado Operário; eventos que mudaram o curso da história para sempre. O processo de adaptação às instituições da democracia burguesa e às concepções oportunistas de muitas correntes que se reivindicam trotskistas internacionalmente tornou-se um obstáculo à

perspectiva revolucionária.

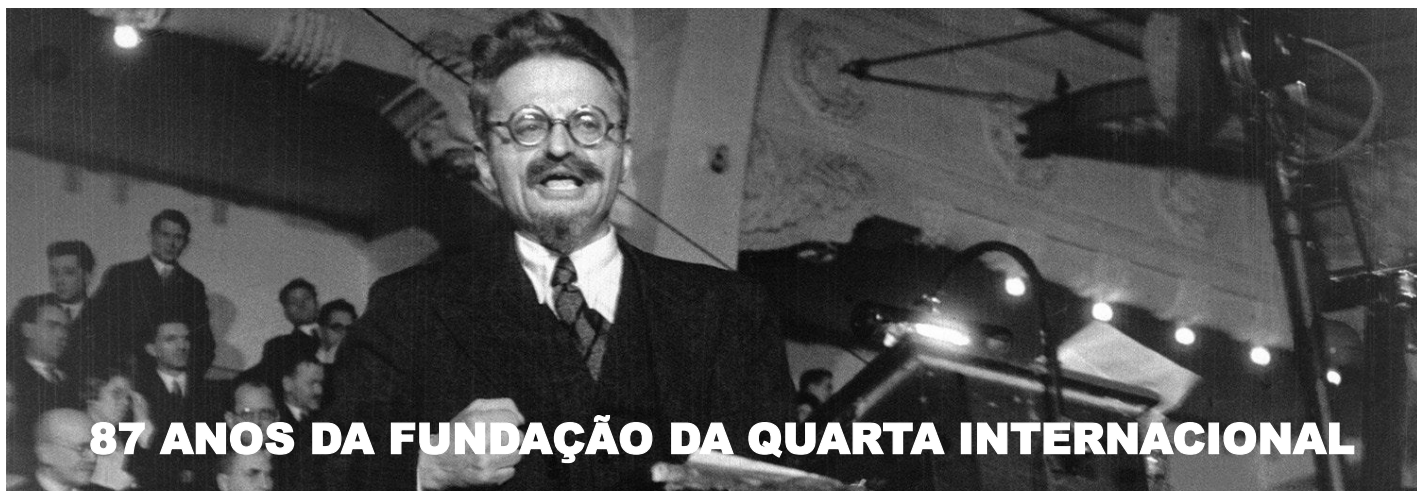
Há 85 anos do desaparecimento físico de nosso principal dirigente, a crise do sistema capitalista se aprofunda cada vez mais. É tarefa dos revolucionários do século XXI recuperar o método que Trotsky nos legou e, a partir da sistematização de sua experiência revolucionária, continuar a luta pelo comunismo, combatendo nossos inimigos de classe. Nosso desafio hoje se apresenta com enorme clareza: resolver a crise histórica da humanidade, que é a crise da direção revolucionária do proletariado.

Pela refundação da IV Internacional

Em nosso recente Congresso, a TRQI discutiu a necessidade de dar passos concretos nessa direção e buscou aportar a partir da compreensão desta complexa situação de decadência imperialista, marcada por um processo de recessão da economia mundial; a guerra entre Rússia e Ucrânia, dois ex-Estados Operários; o avanço da China na economia mundial, outro ex-Estado Operário, e o desenvolvimento de um genocídio na Palestina. As tendências para uma guerra generalizada tornam-se mais agudas, porém esta guerra não possuirá as ca-

racterísticas das duas guerras mundiais anteriores. Neste caso, seria uma guerra mundial em uma fase de decomposição imperialista e de pilhagem para definir como se integram os ex-Estados Operários em processo de assimilação. A situação está marcada por uma ruptura do equilíbrio instável, na qual processos de luta de classes mais acirrados certamente se abrirão. Devemos intervir nas fileiras do proletariado com um programa transicional que apresente uma saída revolucionária ao massacre ao qual pretendem nos arrastar o imperialismo e seus aliados.

É fundamental discutir de frente com as tendências que reivindicam a ditadura do proletariado para avançar na reconstrução da IV Internacional. É necessário desenvolver uma minoria revolucionária organizada dentro do movimento operário para levar adiante a tarefa da luta programática pela revolução socialista. Da TRQI, reivindicamos que é a partir do programa da IV Internacional, da sistematização e generalização da experiência da Revolução Russa que Trotsky nos deixou, para seguir desenvolvendo a luta pela revolução mundial na época imperialista.



87 ANOS DA FUNDAÇÃO DA QUARTA INTERNACIONAL

Em 3 de setembro de 1938, com delegados de grande parte do mundo, a Quarta Internacional foi fundada. Os organizadores tiveram que superar as manobras stalinistas para impedi-la a todo custo. Um dos organizadores, Rudolf Klement, foi encontrado morto no Rio Sena pouco antes da Conferência, e muitos documentos importantes foram perdidos. A GPU também assassinou Erwin Wolf e Leon Sedov, filho de Trotsky, dois outros dirigentes proeminentes da organização. Trotsky não pôde participar porque estava exilado no México.

A criação desta nova Internacional ocorreu em um contexto em que o mundo caminhava para a Segunda Guerra Mundial, após diversas derrotas em processos revolucionários como os da Espanha e da Alemanha, nos quais o stalinismo se mostrou uma direção contrarrevolucionária. A tarefa era recuperar a continuidade teórica e política do marxismo revolucionário, tão abalada naquela época.

A Quarta Internacional tentou formar uma nova direção revolucionária com o Programa de Transição, que foi a expressão das conclusões da Revolução Russa generalizadas para toda uma etapa. Propôs as tarefas históricas do proletariado para destruir o sistema capitalista. Essa continuidade programática com a Terceira Internacional, antes de sua stalinização, demonstra a superioridade teórica e política do trotskismo no enfrentamento do sistema capitalista, na preparação para a revolução e em sua subsequente transição. Nenhuma outra corrente pode demonstrar esse objetivo às novas gerações.

Os Trotskistas diante das tarefas atuais

Nós, revolucionários, nos encontramos diante de processos históricos inéditos e sem precedentes, como a guerra aberta entre a Rússia e a Ucrânia, o genocídio em Gaza pelo enclave imperialista de Israel, crises econômicas e políticas e a ascensão de tendências bélicas em várias partes do mundo. Esse cenário global reflete a ruptura do equilíbrio instável que se desenvolveu no pós-guerra, um processo de decomposição do imperialismo e um processo de assimilação dos ex-Estados operários. Essa ruptura do equilíbrio acelerará fenômenos que estavam contidos no período anterior. Com isso, queremos dizer que no período anterior, o imperialismo foi incapaz de responder à crise econômica de 2008, não pode assimilar os ex-Estados operários e a pandemia terminou por detonar qualquer possibilidade de fortalecer esse equilíbrio do pós-guerra.

Nesse contexto, a direção do imperialismo estadunidense mostrou sinais de maior decadência e acelerou os preparativos para recuperar sua posição mundial com a receita já conhecida: o uso do aparato econômico e militar. A política belicista do imperialismo encontra-se em crise histórica. Busca reconfigurar um novo cenário diante do avanço da China como concorrente e precisa buscar um novo pacto com aliados e antigos inimigos para retomar sua hegemonia imperialista. É evidente que isso não pode ser alcançado pacificamente e que o aventureirismo prevalece.

Nós, revolucionários, nos apoiamos nas ferramentas teóricas e políticas

herdadas do marxismo para propor uma saída para a crise que a humanidade enfrenta. A teoria de Marx e Engels, a teoria da revolução permanente, a teoria do imperialismo, a teoria do partido revolucionário, o programa das Internacionais em sua fase revolucionária, o programa de transição e tantas lições programáticas extraídas de processos vivos da luta de classes.

Aos oitenta e sete anos de sua formação, as tarefas históricas propostas pela Quarta Internacional permanecem intactas, mas a crise de direção revolucionária persiste, atrasando a revolução mundial e permitindo uma sobrevida ao sistema capitalista apodrecido. Devemos recuperar o programa de transição como guia de ação no contexto revolucionário, combatendo as visões centristas que, sob a influência de tendências estatistas, sindicalistas e reformistas, se adaptaram ao sistema capitalista e se degeneraram.

Reconstruir a Quarta Internacional significa buscar resolver a crise de direção revolucionária e preparar-se para a luta pelo poder, implementando a ação revolucionária diante de uma crise mundial que segue em curso. Como TRQI, continuamos a defender a necessidade de uma Conferência Internacional com as correntes que ainda defendem a ditadura do proletariado para avançar na tarefa de oferecer uma direção revolucionária aos processos de luta de classes em curso.

Aos oitenta e sete anos da fundação da Quarta Internacional, reivindicamos sua definição programática feita por Trotsky. A Quarta Internacional pode ser definida em três palavras: Pela ditadura do proletariado!

Reforma Administrativa: A Máquina de Precarização do Serviço Público

[EDUCACIONAL]

A reforma administrativa, que promete tornar o serviço público 'mais eficiente e menos custoso', avança no Congresso através de um diálogo entre governo e oposição. Enquanto isso, eclodem por todo o país mobilizações do funcionalismo público, especialmente na educação, em todas as esferas governamentais.

O debate ocorre num Grupo de Trabalho liderado pelo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), criado pelo presidente da Câmara Hugo Motta (Republicanos). O argumento central é a 'modernização' do Estado, tido como inchado e ineficiente, justificando maior participação empresarial e medidas contra o funcionalismo.

A reforma propõe dois eixos atrelados ao teto de gastos: 'aumento da eficiência' e 'redução de custos', abrindo caminho para privatizações e precarização do serviço público.

O debate sobre novas contratações gira em torno da 'flexibilidade', eufemismo para o fim da estabilidade e expansão de contratos temporários. O CNU (Concurso Nacional Unificado) já é discutido como mecanismo para contratações precárias, antecipando a 'flexibilização' sem aprovação legislativa. Na educação, a PND (Prova Nacional Docente) opera nessa lógica, selecionando professores temporários para governos e prefeituras.

Está posta aqui a precarização como forma de redução de gastos. A ausência da estabilidade aumenta progressivamente o medo e a insegurança

em relação às condições de vida, aumentando a submissão do trabalhador a jornadas estafantes e trabalhos insalubres; a proposta de bonificações especiais para servidores em "postos-chave" - os cargos de chefia - tende a criar uma casta dentro o funcionalismo que, embasado nas metas coletivas e individuais a serem consolidadas através da reforma, tenderá a prontamente cumprir o papel de "policiamento" para os verdadeiros patrões, ou seja, metas irreais a serem cumpridas em condições cada vez piores, justificando, para os governos, a necessidade da tal gestão mais eficiente.

A educação vem sendo campo de testes dessas políticas antes mesmo da aprovação da reforma. De norte a sul do país, mais de 30 processos de luta explodiram em 2025, com trabalhadores da educação denunciando o avanço acelerado das privatizações e terceirizações - e a consequente precarização, fonte de lucro das empresas. Tudo isso ocorre com a omissão das burocracias sindicais, que reduzem essas lutas à questão salarial e blindam o governo federal, fiador dessa precarização.

Este cenário de destruição, que atinge especialmente a educação, tem sido o estopim desses processos de luta. Trabalhadores das três esferas governamentais, em todas as regiões, mobilizam-se contra o arrocho e a precarização, enquanto avançam as privatizações.

Em São Paulo (município e estado), diretores são sumariamente afastados

sob crescente pressão por resultados nas avaliações externas. A prefeitura paulistana já anuncia bonificações que podem dobrar os salários de gestores que cumprirem metas - experiência modelo para a Reforma administrativa federal.

Além da truculência governamental agravada pela crise do capital, o principal obstáculo aos movimentos está nas burocracias sindicais e em suas oposições reformistas. Essas direções esvaziaram o caráter anti-privatista das lutas, reduzindo-as à questão salarial, enquanto blindam o governo federal - ator central na reforma administrativa, na consolidação dos conglomerados educacionais e em programas como FIES e PROUNI (transferência de renda para o setor privado), além das avaliações externas. Preocupados com 2026, evitam desgastar o governo, cúmplice neste desmonte.

É cada vez mais claro a necessidade de recuperação dos sindicatos como instrumentos de luta e também da independência de classe como princípio fundamental de atuação; o governo de Frente Ampla com a burguesia deixa claro a que veio, assim como as burocracias e as supostas oposições que os blindam. É necessária a construção de oposições revolucionárias e combativas dentro dos sindicatos, que denunciem as traições que se acumulam e as consequentes derrotas, e aponte os métodos de classe, greves, ocupações e boicotes, como a saída correta e independente para os trabalhadores.

[SINDICAL]

Diante do cenário de terra arrasada na educação pública, os congressos da APEOESP e do SINPEEM (fim de setembro/início de outubro) serão um campo de batalha. Se de um lado, os governos de SP recrudesce os ataques, do outro, as burocracias sindicais e suas "oposições" centristas e reformistas apertam o cerco ao aparato, temerosas de prejudicar a frágil

popularidade do governo federal.

Seguimos com nossa política de constituição de frentes de oposição revolucionárias dentro dos sindicatos, construindo a UICC (Unidade Independente, Classista e Combativa), denunciando o recuo traidor dessas forças e impondo a discussão central: a necessidade de avançar na luta com total independência de classe, sem se

atrelar a qualquer governo, patrão ou partido burguês.

Reivindicamos a democracia operária nos congressos! Chega de distracionismos artísticos e oportunistas. Que os congressos deliberem por um plano de lutas que, baseado em nossas necessidades imediatas, lance mão de nossos métodos históricos de luta!